

COMUNICAÇÃO ORAL EIXO 1: POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO. A POLÍTICA DE AMPLIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS DESAFIOS DAS GESTÕES MUNICIPAIS: UM ESTUDO A PARTIR DE LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Elaine Suane Florêncio dos Santos
UFPE. E-mail: elainesuane@hotmail.com

Janete Maria Lins de Azevedo
UFPE. E-mail: janete.lins@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte de pesquisa³ que objetiva discutir a gestão municipal no tocante à política de expansão da educação infantil, abordando os desafios que se colocam em função do cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação-PNE (2014-2024) e das diretrizes que estabelecem a obrigatoriedade da educação para as crianças de 4 e 5 anos. Na pesquisa maior destaca-se a relação entre a universalização e a focalização na oferta desta etapa, estratégias acionadas pelo poder local no cumprimento da referida oferta, papel dos principais agentes locais, principais entraves para que a política se viabilize, dentre outros elementos. Aqui faz-se um recorte, trazendo-se para problematização o tratamento da questão em teses e dissertações defendidas entre 2009 a 2019. Trata-se de parte da revisão bibliográfica que tem apoiado o desenvolvimento da pesquisa.

Como se sabe, desde a Emenda Constitucional nº 59/2009, a educação infantil (a creche e a pré-escola) e o ensino médio integram a Educação Básica. Os municípios são os entes responsáveis pela educação infantil e, portanto, são obrigados a universalizar a pré-escola e a expandir as creches, o que foi reafirmado pelas regulações subjacentes, entre as quais pelo PNE, em vigência desde 2014. Desde então, as municipalidades têm enfrentado os desafios advindos dessas novas demandas, o que impactou na gestão da educação em vários sentidos e no perfil das suas políticas educacionais.

O processo da revisão bibliográfica implicou no levantamento do material por meio de descritores, o que permitiu a seleção conforme os objetivos da pesquisa maior. Para as análises utilizou-se a Análise de Conteúdo (Bardin, 2004). Foram feitas: a pré-análise, exploração dos trabalhos e o tratamento e análise do material. Neste processo, procedeu-se ao agrupamento das

³ Trata-se de tese de doutoramento em andamento.

pesquisas em duas grandes categorias: *gestão municipal da educação infantil, e política de atendimento da educação infantil*. No presente trabalho será tratada, especificamente, a categoria *gestão municipal da educação infantil*. Como é de praxe, utilizou-se a revisão bibliográfica como meio de melhor definição do objeto de pesquisa, através da análise crítica das produções em seus achados mais pertinentes e de suas lacunas. A revisão serviu também para ampliar o conhecimento sobre a própria educação infantil e sua gestão em inúmeros municípios brasileiros de que tratam os trabalhos analisados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De maneira geral, as pesquisas apresentam realidades que convergem entre si nos diferentes municípios campos de estudo. Ao mesmo tempo, revelam o fortalecimento da discursividade da relação público e privada. Indicam uma focalização crescente com o papel dos municípios e de suas políticas para a educação infantil. Em menor número são os estudos sobre creche, em particular sobre políticas de atendimento nos berçários. Em muitos casos, não há explicitação de uma perspectiva epistemológica, mas são usadas múltiplas abordagens teórico-metodológicas. Além disto, não são muitas as discussões sobre o Estado e o seu papel.

Na categoria **Gestão municipal da educação infantil** foram agrupadas pesquisas que investigaram a gestão frente à política para a educação infantil, e estudos sobre planos municipais e nacionais. A maior parte dos trabalhos aborda a gestão no âmbito de saberes e fazeres da direção e coordenação escolar e o papel da comunidade escolar e do conselho municipal. A título de exemplo, comenta-se algumas dos trabalhados investigados, nos limites do tamanho do presente texto.

Como exemplos dos comentários acima, pode-se situar o trabalho de Klemann (2016) que investigou a qualidade da gestão da educação infantil por meio da construção de um diagnóstico de 50 municípios catarinenses, utilizando dados quantitativos e qualitativos, observando muitas diferenças entre eles. Uns usam sua proposta pedagógica outros desconsideram esta prática. Há os que não desenvolvem a formação docente, e menos da metade tinha esta formação articulada pela própria rede. Esses aspectos ilustram a heterogeneidade das políticas municipais de um mesmo estado, com muita precariedade ainda.

Rocha (2009) analisou ações voltadas ao atendimento de crianças de zero a seis anos da secretaria de educação de Campinas- SP, entre as quais ações de parceria público privada. Ela utilizou a análise documental e a análise descritiva de dados do IBGE e realizou entrevistas. Entre outros elementos, concluiu que a concepção de educação presente nas instituições

parceiras é de cunho assistencial, e que os maiores investimentos estavam na construção e ampliação de novas unidades públicas. Retrata também que o convênio entre público e privado gerava a competição entre as unidades e que não se alcançou a ampliação desejada. Aliás, a questão da relação público e privada nas políticas de atendimento foi detectada por muitas pesquisas e, portanto, a privatização do atendimento.

O estudo de Inafuku (2017) também realizado em São Paulo, identificou que a estratégia de ampliação tem sido caracterizada no uso dos convênios com instituições filantrópicas, não governamentais e privadas, e tem se mostrado um meio da gestão descentralizar a responsabilidade no provimento da oferta, enquanto recurso mais rápidos para suprimir a pressão pela expansão. Foi possível compreender que a relação de convênios tem sido uma estratégia bastante utilizada pelos municípios para alcançar a urgência da ampliação conforme prescreve o cumprimento da lei.

O estudo de Silva (2018) investigou as estratégias acionadas por três municípios de Pernambuco na busca da universalização da pré-escola e expansão de creches, utilizando entrevista, questionário e análise documental. Entre os achados, identificou que as estratégias quase sempre se mostraram mais como um meio de cumprimento do preceito legal, do que um comprometimento com a Educação Infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão bibliográfica permitiu conhecer a maneira como as pesquisas têm investigado a educação infantil, em suas assertivas e lacunas, possibilitando o confronto com o objeto da pesquisa maior e as respectivas reflexões e ações na direção de aprimoramentos. Além disto, traz elementos para identificar como uma gama de municípios brasileiros vem colocado em ação as políticas em questão. Assim, serve de parâmetro comparativo para o entendimento das políticas municipais e o modo como as demandas por educação infantil vêm sendo atendidas no cumprimento da legislação recente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Lourence. **Análise do Conteúdo**. 2004, edições 70, tradução: Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro.

KLEIMANN, Angela Maria. **Educação infantil pública em Santa Catarina: Avaliação da qualidade da gestão.** Dissertação (mestrado em métodos e gestão em avaliação). Universidade Federal de Santa Catarina, 140 F, 2016.

INAFUKU, Marcela. **A judicialização na expansão das vagas em creches: o diálogo entre poder judiciário e poder executivo.** Dissertação (mestrado profissional) Programa de pós-graduação em formação de gestores educacionais. Universidade Cidade de São Paulo, 117f, 2017.

ROCHA, Ana Cláudia da. **As ações da prefeitura municipal de Campinas frente à demanda por vagas na educação infantil (2001-2008).** São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, Dissertação (Mestrado em educação), 135 f, 2009.

SILVA. Ana Cláudia Oliveira da. **O planejamento municipal e as políticas de universalização da educação infantil: um estudo comparativo entre os municípios de Araçoiaba, Moreno e Recife.** Tese (doutorado em educação). Universidade Federal de Pernambuco, 2018.